



Ata da 138 Reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais

Teatro Municipal - 29 de outubro de 2025

Em 29 de outubro de 2025, com primeira chamada realizada às 18h15, sem o quórum necessário e segunda chamada feita às 18h30, havendo quórum, foi iniciada a **138ª** Reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais (**CMPC**), com a seguinte pauta: 1) Aprovação das atas das reuniões anteriores, 2) Informes sobre a PNAB - Ciclo 2, 3) Tombamento da casa do poeta Manuel Bandeira, 4) Forma e horário das reuniões, 5) PL 197/2025 – audiência pública, 6) Substituição dos Conselheiros ausentes, 7) Eventos produzidos pela prefeitura, 8) CNPJ do Fundo, 9) criação da cadeira Cultura Viva no **CMPC** e 10) Assuntos Gerais.

Presentes na reunião os seguintes Conselheiros e suplentes do Poder Público: Wanderley Peres Jacinto, Presidente do **CMPC** (Titular - Secretário de Cultura), Arnaldo da Silva Almeida (Suplente - Subsecretário de Cultura), Julie Anna da Cunha de Siqueira (Titular - Secretaria de Turismo), Daniel Rodrigues dos Santos (Titular - Secretaria dos Direitos da Mulher), Marcos Vinicius de Lima (Titular - Secretaria de Urbanismo), Marcos Vinicius Habib Moreira (suplente - Secretaria de Educação) e os seguintes Conselheiros e suplentes da Sociedade Civil: Sayonara Zeitune, Vice-presidente do **CMPC** (Titular - Linguagens Artísticas), Verônica Almeida dos Anjos (Titular - Fórum de Cultura de Teresópolis), Luis Filipe Fortuna (Titular - Instituições Culturais - Ponto de Luz), Elane Cristina Costa Resende (Titular - Instituições Culturais - Sesc), Alexandre da Silva Costa (Titular - Instituições Culturais - Centro Sociocultural Quintal das Artes), Alessandra Rodrigues dos Santos (Titular - Linguagens Artísticas), Edenise da Silva Antas (Suplente - Instituições Culturais - Feso ProArte), Alexandra Louise Ingber (Suplente – Instituições Culturais - Estação Holiday). Foi feita a identificação dos Conselheiros Titulares presentes e dos Suplentes que deveriam assumir na ausência dos titulares. A reunião foi aberta pelo Presidente do **CMPC**, que repassou a condução para o Secretário, do **CMPC**. O Filipe Fortuna, fez uma sugestão de inversão dos itens da pauta, sugerindo que a proposta de criação de uma cadeira para a Cultura Viva fosse o primeiro item da pauta. O Secretária do **CMPC**, sugeriu que ele fosse o segundo item e que o primeiro item, fosse a aprovação das atas das reuniões anteriores, o que foi aprovado por unanimidade. Foi colocada em votação a aprovação das atas das reuniões anteriores, sendo todas aprovadas por unanimidade. Em seguida foi franqueada a palavra para a Alexandra Ingber, que foi quem enviou a proposta de criação de uma cadeira no **CMPC** para a Cultura Viva, além de lembrar que havia sido criada a Rede Cultura Viva no município, fez uma breve explanação dos motivos que embasariam a criação desta cadeira. O Secretário, lembrou que como o Conselho é paritário, caso fosse criada mais uma cadeira para a Sociedade Civil, teria que ser criada também mais uma cadeira para o poder público e que estas alterações só seriam possíveis com a alteração da lei que reestruturou o **CMPC**. Salientou que aumentar o Conselho talvez não seja a melhor alternativa, em virtude da dificuldade que estamos tendo em atingir o quórum para as reuniões. Que ninguém é contrário a representatividade da Cultura Viva no Conselho, mas ressaltou que a Cultura Viva já está representada no **CMPC**, uma vez que dois Conselheiros titulares e três suplentes, são representantes de Pontos de Cultura. Finalizou sugerindo que ao invés de criarmos uma nova cadeira no Conselho, poderíamos utilizar uma das cadeiras de Instituições para a Cultura Viva. Foram abertas as inscrições para que outras pessoas presentes manifestassem as suas opiniões sobre o assunto. O Filipe Fortuna salientou que o Plano Nacional Cultura Viva foi criado em 2014 com o intuito de reconhecer e fortalecer as iniciativas culturais de base comunitária e que para termos uma ideia da importância disso, hoje 25% do orçamento da **PNAB** para municípios que recebam acima de R\$ 360.000.000 (Trezentos e sessenta mil reais) deve, obrigatoriamente, ser destinado para a Cultura Viva, que como foi informado pela Alexandra, foi criada a Rede Cultura Viva Teresópolis, no dia 26 de junho, com o intuito de reunir os Pontos de cultura, promover a certificação e, quem sabe, futuramente, termos um Pontão de Cultura na cidade. Que temos



representados no Conselho, diversos coletivos culturais que são Pontos de Cultura. Mas eu, por exemplo, enquanto representante de instituições e do Ponto de Luz, sou primeiro representante de Instituições Culturais, que é a cadeira que eu ocupo e em segundo, do fazer artístico do Ponto de Luz, que está voltado para as artes urbanas. Assim como o Alexandre representando o Quilombo da Serra, representa também uma arte popular, ancestral, negra, cada um tendo suas particularidades. Então é importante que uma dessas cadeiras seja para alguém que tenha como foco o Cultura Viva, que pense e fortaleça a Política Nacional Cultura Viva. Isso seria uma forma de reconhecer e realizar as iniciativas culturais de base comunitária e também de descentralizar os recursos da cultura, ramificando-os para a base, que é onde elas acontecem já. Creio que nós podemos hoje aprovar ou não a criação dessa cadeira, mas isso não significa que ela será criada imediatamente. Primeiro se aprovaria a ideia e depois veríamos como faríamos para implementá-la efetivamente. O Presidente do Conselho, Wanderley Peres, disse que a alteração na composição das cadeiras, não passa apenas por uma vontade do Conselho, pois esta composição foi definida por lei municipal em 2024. Que o aumento ou diminuição de cadeiras no Conselho deveria ser discutido mais profundamente. Que os conselheiros e suplentes da sociedade civil foram eleitos e tem direito ao mandato, que ao longo do tempo podemos ir amadurecendo o debate sobre este assunto. Que a composição atual foi deliberada pelo Conselho e foi referendada pelo prefeito. Que o Conselho não tem o poder de criar uma cadeira. A Verônica disse que a sociedade civil, já tem conversado um pouco sobre a lei que hoje está vigente e que identificaram algumas lacunas que precisariam ser revisadas. Que foi criado um modelo paritário, que não é obrigatório, que outros municípios têm outros modelos, inclusive mais favoráveis à sociedade civil. Que a discussão sobre a criação de uma nova cadeira ou remanejamento de uma cadeira já existente para a Rede de Pontos de Cultura é um gancho para levantar essa discussão. É essa a lei que nós queremos? Porque a lei tem que estar a serviço do povo, não é o povo a serviço da lei. As leis foram criadas para atender as necessidades do povo. Se a gente inverte essa lógica, a gente vai estar trabalhando ao contrário. O Vereador Diego disse que a alteração pode ser proposta pela Câmara, não necessariamente, ela é prerrogativa exclusiva do Poder Executivo. O Secretário propôs que fossem votadas duas propostas, criar uma nova cadeira para a Cultura Viva ou uma das cadeiras das entidades passar a ser pelo Cultura Viva. Porque várias entidades vão estar sendo representadas numa cadeira de Cultura Viva, portanto isso não iria diminuir a representatividade das entidades. A Nara disse com o David que fez parte da criação do Cultura Viva, junto com o Célio Turino, deu exatamente esta ideia, que já existem os Pontos de Cultura representados no Conselho e esta opção de usar uma das cadeiras de entidades seria uma maneira mais ágil, mais fácil. A Raquel, pediu licença a todos os antigos conselheiros, que batalham nisso há muito tempo, pois é recém-chegada. Acho brilhante a proposta do Arnaldo de reformular uma cadeira para que represente a Rede Cultura Viva, a ideia da cadeira para a Cultura Viva é exatamente ser uma cadeira que representa os coletivos de base comunitária. A Verônica disse que como Presidente do Fórum não tem sido atendida pelo legislativo, que enviou um ofício para o presidente da casa, que nunca foi respondido. Que a Câmara Municipal não abre suas portas para audiências públicas e para a população. Que ela toma decisões a partir da cabeça de quem está ali. Que gostaria que a Secretaria ajudasse a marcar uma reunião com o prefeito e com representantes do Fórum e do Conselho para falar de temáticas importantes para a classe artística, pois não está conseguindo esta agenda pelas vias normais. Após um extenso debate foi votada e aprovada por unanimidade a sinalização de que o Conselho reconhece a importância do Cultura Viva ter uma representação no Conselho. Que o Conselho deve amadurecer este debate e que a forma para garantir esta representatividade será definida posteriormente. O Arnaldo passou para o próximo assunto da pauta que é a forma e horário de reuniões. Informou que na reunião anterior, mesmo não havendo quórum, informalmente, o assunto foi amplamente debatido e foi definido que na próxima reunião iríamos votar se faríamos alterações no formato da reunião ou não. Foram apresentadas algumas propostas: fazermos uma reunião híbrida, onde as



peças pudessem participar tanto presencialmente, quanto on-line. Fazermos algumas reuniões on-line, ou fazermos todas as reuniões on-line. A Nara salientou que a reunião presencial é insubstituível. O Alexandre reforçou esta posição. Algumas pessoas se manifestaram sobre as vantagens e desvantagens de cada modelo. **Ao final houve o consenso para que fosse votada que as reuniões fossem alternadas uma presencial e uma on-line, como uma experiência. Ficou definido também que a primeira chamada para a reunião passará a ser feita às 18h15 e a segunda chamada às 18h30 e que a próxima reunião será on-line, o que foi aprovado por unanimidade.**

Passando para o próximo ponto da pauta, à substituição de Conselheiros com faltas, foi informado que foi feito o levantamento das faltas e solicitado a todas as secretarias que encaminhassem os nomes dos substitutos de todos os Conselheiros do poder público que tiveram mais de três faltas consecutivas ou cinco alternadas sem justificativa. Os Conselheiros da Sociedade Civil que precisam ser substituídos são o Fernando e a Dayanne, que já foram informados e serão substituídos respectivamente pelo Geovany Marciano Ferreira (Roque) e pela Giovanna Venture Felix de Lima. A Secretaria irá entrar em contato com ambos e eles serão convocados para assinar o termo de posse, para posterior publicação no Diário Oficial. O próximo assunto é sobre o tombamento do imóvel que pertenceu ao escritor Manuel Bandeira. O Presidente do Conselho, informou que nós temos um imóvel aqui na cidade de Teresópolis, que foi adquirido pelo poeta Manuel Bandeira e foi o único imóvel que ele teve em toda a sua vida. Lembrando que o poeta produziu boa parte de seus poemas aqui em Teresópolis. A Secretaria de Cultura está propondo o tombamento desse imóvel. Pelo que preconiza a lei, o Conselho precisa ser consultado para que possamos tomar essa medida. A minuta já está pronta, nós já temos todo o encaminhamento interno na prefeitura, mas o Conselho precisa deliberar se acha interessante ou não fazer esse tombamento. Não existe nenhum prejuízo para o proprietário do imóvel, pelo contrário, ele será beneficiado com a redução do IPTU. Colocada em votação a proposta do tombamento foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento aos assuntos da pauta, passamos para a questão da PL-197/2025. O Filipe Fortuna disse que não houve um debate com os bares, que estão intrinsecamente ligados à economia da cultura da cidade, onde os músicos trabalham, que essa lei prejudicaria, principalmente, esses bares que têm programação cultural. Não só os bares, mas toda a rede de economia criativa. A sugestão é que o Conselho solicite a Câmara uma audiência pública sobre essa lei. A Verônica complementou informando que o Fórum se mobilizou muito em relação a isso. O Presidente do Conselho, informou que a lei não passou pela cultura e que o prefeito vetou alguns artigos e que será feita uma nova votação na Câmara.

Que entende ser legítimo esse pedido de audiência pública. Colocada em votação pelo Secretário, a proposta do Conselho enviar um ofício para a Comissão de Cultura e para Presidência da Câmara, solicitando uma audiência pública antes que o projeto de lei seja votado novamente, foi aprovada por unanimidade. O próximo assunto da pauta abordado, foi a criação do CNPJ do Fundo de Cultura. O Presidente do Conselho, informou que este processo é bastante burocrático e que hoje, entrou em contato com o Secretário de Fazenda e ele prometeu que o CNPJ será criado até o final deste ano. O Arnaldo salientou que depois que for criado o CNPJ e tivermos dinheiro no Fundo, precisaremos criar o Comitê Gestor e qualquer movimentação destes recursos só poderá ser feita através dele. A Nara esclareceu que uma vez criado o CNPJ do Fundo, ele passa a ter a possibilidade de receber verbas de outras fontes como IRRF, multas etc, como já acontece com outros fundos existentes no município. O Arnaldo esclareceu que teve que informar o CNPJ da prefeitura no preenchimento do PAR, porque ainda não havia um CNPJ do Fundo para ser informado e que vai ser criada uma conta específica no Banco do Brasil com o CNPJ da Prefeitura. Foi informado também pelo Arnaldo que foi publicado um novo decreto para organizar todas as questões relativas a utilização do Ciclo 2 da PNAB e também foi criada a plataforma CultBr para armazenar todas as informações e também gerir a execução do PAR. O assunto referente aos eventos produzidos pela Prefeitura será repassado para a pauta da próxima reunião.



Dando início aos assuntos gerais, a Verônica solicitou, oficialmente, que a Secretaria de Cultura solicite uma reunião com o prefeito para tratar do orçamento da cultura. Na reunião que nós fizemos com todos os candidatos, o prefeito se comprometeu a aumentar significativamente o orçamento da cultura. O Wanderley, informou que essas reuniões com o prefeito são agendadas pelo gabinete do prefeito. Mas que vai tentar intermediar esta conversa. A Verônica salientou que a sociedade civil quer participar da definição de onde se aplicam os recursos, que essa reunião vai ser um cumprimento de promessa de campanha do prefeito. O Wanderley disse que vai fazer esse encaminhamento ao chefe do governo, mas que este agendamento não depende dele e sim do gabinete. O Habib informou que a partir de uma conversa que teve com o Wanderley, a Biblioteca Municipal foi inserida no Sistema Nacional de Bibliotecas e que hoje chegaram quatro caixas do Ministério da Educação com diversos livros. Informou também que a Biblioteca Municipal vai mudar de sede. O Presidente do Conselho informou que será criada a Biblioteca da Literatura Brasileira em um espaço na entrada da Sudamtex e que em breve será iniciada uma campanha de recebimento e doação de livros. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada às 20h12 (vinte horas e doze minutos).